

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DOS PEREIRA, MUNICÍPIO DE ÁGUAS FORMOSAS/MG

B.A. ROCHA¹, E.G. ROCHA¹; L.C.S. ROCHA²

¹Discente do curso técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do IFNMG – campus Almenara; ² Docente do IFNMG – campus Almenara, Doutor em Engenharia de Produção.

Palavras chaves: Famílias Agrícolas, Permanência no Campo, Políticas Públicas, Avaliação Socioeconômica.

Introdução

Desde o início do processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar – por muito tempo chamada de agricultura de subsistência – faz parte da rotina das atividades produtivas do país. Os agricultores eram grupos sociais desfavorecidos em relação a financiamentos e incentivos por parte do governo, até então marginalizada em termos de acesso aos benefícios de política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares e produtores de baixa renda. A partir do momento em que começam a ter acesso a benefícios de financiamento, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, por parte do Estado brasileiro, eles começam a ser reconhecidos em uma nova categoria social – os agricultores familiares. Algumas características básicas foram estabelecidas para que o agricultor familiar fosse reconhecido, para efeitos da Lei nº 11.326, de 24 julho de 2006, as principais características são que o produtor utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento, tenha algum rendimento originado de atividades econômicas do seu empreendimento e dirija seu empreendimento com sua família (BRASIL, 2006; MATTEI, 2014).

A agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, com diversidades regionais que influenciam na disponibilidade de recursos, no acesso ao mercado, na capacidade de geração de renda e acumulação (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). No Brasil, a agricultura familiar é de suma importância para a economia, haja vista que ela abastece a mesa das famílias, gera renda, colabora para o desenvolvimento regional e na preservação do meio ambiente. Do total de estabelecimentos agropecuários, 77% são representados pela agricultura familiar, que é responsável por mais de 23% do valor bruto da produção agropecuária (IBGE, 2019). Guilhoto *et al.*, (2007) apontaram que a produção familiar não somente é um fator de desaceleração do fenômeno do êxodo rural e fonte de recursos para famílias de rendas menores, como também possui importante contribuição para a geração de riquezas, entretanto, apresentam a insuficiência de terras, dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão-de-obra.

Nesse contexto, as políticas públicas são fundamentais para alavancar a produção dos agricultores familiares, melhorar a distribuição de alimentos nas pequenas cidades e gerar emprego. Görgen (2004 *apud* Lacerda *et al.*, 2010, p. 42) definem “políticas públicas para agricultura familiar como sendo ações e políticas que cobrem aos governos realizar para desenvolver a agricultura camponesa e a produção de alimentos, distribuírem renda, desenvolver o interior do Brasil e construir uma verdadeira democracia econômica e social na nação soberana”. O apoio à produção familiar agrícola pode ser uma estratégia para a dinamização da economia de muitos municípios brasileiros e com grande potencial para a redução da desigualdade social e pobreza em territórios com fortes características rurais que passam por uma fase de estagnação econômica (SILVA, 2011), já que no Brasil apenas 20,1% dos produtores familiares recebem orientações técnicas (IBGE, 2019).

Assim, este estudo teve como objetivo geral analisar as características socioeconômicas dos agricultores familiares da comunidade dos Pereira, município de Águas Formosas/MG, buscando produzir dados científicos acerca deste assunto. Dentre as justificativas para o presente estudo, está a importância da população e órgãos públicos terem ciência das condições socioeconômicas dessas famílias, a fim de oportunizar a abertura para possíveis implementações de políticas públicas visando a manutenção das famílias no campo e a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Material e métodos /Metodologia

A comunidade dos Pereira está localizada à cerca de 20 km do município de Águas Formosas, cidade localizada no nordeste de Minas Gerais na mesorregião do Vale do Mucuri. O município conta com uma população estimada em 2020 de 19.247 pessoas (IBGE, 2010). O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa aplicada, exploratória, descritiva e qualitativa onde os instrumentos técnicos utilizados para a coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas. A aplicação do questionário na comunidade foi realizada no período de novembro a dezembro de 2021 e foram identificadas um total de 14 produtores familiares na comunidade. O diagnóstico foi elaborado de forma a abranger as várias questões referentes à realidade de vida dos entrevistados. Nesse questionário foram abordadas questões como: quantas pessoas moram na propriedade, nível de escolaridade do produtor(a) e dos seus familiares, questões fundiárias, atividade praticada, produtos produzidos e comercializados, local de comercialização etc. A escolha do lócus da pesquisa se deu pela acessibilidade. Já a aplicação do questionário semiestruturado se deu pelo fato de tornar a entrevista mais interativa, de forma que permitisse ao agricultor opinar, discutir e contar sua vivência em relação aos tópicos relacionados à pesquisa.

Resultados e discussão

Perguntados sobre o tamanho das áreas ocupadas, cerca de 54,0 % dos agricultores detêm áreas menores que 10 hectares. Verifica-se também que as áreas com mais de 30 hectares representam cerca de 27,0% dos agricultores e 18,0% estão entre 10 e 30 hectares. Cerca de 78,6% dos proprietários têm como documentação da propriedade a Escritura e o restante 21,4% não possui ou tem apenas o Contrato de compra e venda. 21,0% dos agricultores praticam a Agricultura, 7,0% Apicultura, 43,0% Agropecuária, 7,0% Agricultura e Apicultura e 21,0% as 3 atividades. Os produtos produzidos na comunidade são: feijão, mandioca, cana-de-açúcar, milho, banana, chuchu, maxixe, mamão, coco, jaca, jabuticaba, acerola, açaí, mel, cachaça, abobora, tomate, couve, alface, cebolinha, coentro, cebola, alho, goma, farinha de mandioca, leite, gado de corte e cria, porco, galinha, requeijão. Todos têm acesso a água que vem das nascentes. Os produtos produzidos são comercializados nos seguintes estabelecimentos: laticínio, açougues, supermercados, feiras populares, bares, na própria comunidade e em escolas. Perguntados se recebem assistência técnica de alguma instituição, 14,0 % responderam que "sim" e 86,0% "não", fato este que ratifica o anteriormente exposto por Guilhoto *et al.*, (2007).

Durante as entrevistas, foi identificado que 71,0% das famílias agrícolas possuem pessoas que desenvolvem outras atividades remuneratórias além da atividade no campo e 28,0% vivem apenas do que produzem. Essas atividades são: doméstica, manutenção de refrigeração, diarista em fazendas e serviços gerais para terceiros. Quanto aos benefícios oferecidos pelo governo, destaca-se o Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Aposentadoria, Pensão por morte e Pensão por Invalidez, pagos em 2021, que está presente em 85,7% das famílias. A renda delas variam de R\$ 1.600,00 a R\$ 3.450,00 e cerca de 48,3% da renda é oriunda de benefícios governamentais e outros 51,7% da renda é realmente da produção agropecuária. Perguntadas se possuíam financiamentos adquiridos, 46,9% responderam que "não" e 57,1% responderam que "sim". Os financiamentos adquiridos por esses respondentes são oriundos do PRONAF. Esse programa, atualmente, alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, consolidando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil e representando uma injeção considerável de recursos monetários na economia de muitos municípios, com destaque para os mais pobres (SILVA, 2011). Os valores financiados por eles a partir deste programa variam de R\$ 5.000,00 a R\$ 44.000,00.

Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados e dos seus familiares, na comunidade em que foi desenvolvida a pesquisa, 54,0% dos entrevistados apresentam o ensino fundamental incompleto,

apresentando-se um índice de escolaridade preocupante, o que coaduna-se ao anteriormente apresentado por Silva, (2011). Evidenciou-se que 8,0% dos entrevistados concluíram o ensino fundamental e 35,0% concluíram o ensino médio. Ainda com relação ao conhecimento formal, verificou-se os seguintes cursos realizados pelos agricultores: curso de vaqueiro, cercas em geral, operação e manutenção de motosserras e roçadeiras, inseminação, gestão de qualidade no campo, costureira, artesanato em argila, merendeira, pintura, meio ambiente, qualidade do leite, administração de fazendas, recuperação de nascentes e áreas degradadas e curso básico em apicultura oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), além do curso de agroecologia disponibilizado pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em parceria com o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Conclusão(ões)/Considerações finais

Este trabalho, a partir das entrevistas e análise dos dados conseguiu atingir o objetivo geral que consistia em fazer a caracterização socioeconômica dos agricultores familiares da comunidade estudada. Foi possível perceber que os produtores apresentam baixo nível de escolaridade, não conseguem se sustentar apenas da atividade praticada no campo, carecem de assistência técnica, de tecnologia e de acesso a políticas públicas, assim como observado por Silva, (2011) no seu trabalho onde ele diz que alguns desafios ainda persistem para a consolidação de uma estratégia para esta categoria social, tais como: infraestrutura deficiente para logística da produção, necessidade de beneficiamento e comercialização, baixo nível de escolaridade formal dos agricultores etc. Sugere-se que no plano prático, os desafios apresentados devem ser enfrentados no processo de implementação de políticas públicas que envolvam ações integradas, tais como: acesso à assistência técnica; regularização fundiária; implementação de programas de desenvolvimento de negócios; incentivos para a melhoria da produção com práticas voltadas para inserção de tecnologia alinhada a preservação do meio ambiente; e acesso a serviços essenciais de garantia da cidadania como educação e saúde, além de programas de proteção social e transferência de renda por parte do Estado brasileiro.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fornecimento de bolsas de ICJ.

Referências

- BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **CÂMARA DOS DEPUTADOS Centro de Documentação e Informação**, 2006.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, n. 10, p. 312–347, 2003.
- GUILHOTO, J. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (Family agriculture's gdp in Brazil and in it's states)**. V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. **Anais...2007** Disponível em: <<http://www.ssrn.com/abstract=2408072>>
- IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE | Cidades | Minas Gerais | Águas Formosas | Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aguas-formosas/panorama>>. Acesso em: 3 abr. 2021.
- IBGE. **Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8% | Agência de Notícias | IBGE** AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, , 2019.
- LACERDA, M. B. S. et al. **DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DOS AGRICULTORES E O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO, MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO, PARAÍBA. HOLOS**, v. 1, p. 41, 20 abr. 2010.
- MATTEI, L. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 45, n. sup. especial, p. 417–421, 2014.
- SILVA, S. P. **POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58, 1 jan. 2011.